

CARTA DE PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

À Comissão Eleitoral do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br

Assunto: Eleições CGI.br 2026 – Representantes do Terceiro Setor

Eu, **REINALDO MELO SOARES**, candidato indicado pela **Central Única dos Trabalhadores – CUT** para a representação do Terceiro Setor no Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), apresento as propostas que pretendo defender e desenvolver, caso venha a integrar o Comitê.

As propostas estão fundamentadas no compromisso com uma Internet democrática, aberta, segura, inclusiva e orientada ao interesse público, tendo como referência os princípios da governança multissetorial e a necessidade de assegurar que as transformações tecnológicas contribuam para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Minha atuação terá como eixo central a **defesa dos interesses da classe trabalhadora e do movimento sindical**, articulada à promoção da soberania digital, da inclusão, da proteção de direitos e da participação democrática na governança da Internet.

1. Trabalho, direitos e transformação digital

Defender a incorporação da perspectiva dos trabalhadores e de suas organizações representativas aos debates sobre o desenvolvimento da Internet e seus impactos econômicos e sociais.

Propostas:

- Promover, no âmbito do CGI.br, debates e estudos sobre os impactos da digitalização, das plataformas digitais e da inteligência artificial nas relações de trabalho, no emprego e na organização sindical.
- Propor a realização de seminários e consultas envolvendo centrais sindicais, sindicatos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e representantes de trabalhadores de plataformas digitais.
- Incentivar a produção de indicadores e pesquisas sobre conectividade, teletrabalho, gestão algorítmica e utilização de tecnologias digitais no ambiente laboral.
- Defender recomendações que considerem a proteção de dados dos trabalhadores, a transparência dos sistemas algorítmicos e o respeito aos direitos fundamentais no ambiente digital.
- Contribuir para que as organizações sindicais participem das discussões sobre os efeitos da transformação digital nas condições de trabalho.

2. Soberania digital e desenvolvimento tecnológico nacional

Contribuir para a construção de diretrizes que fortaleçam a autonomia tecnológica brasileira, a infraestrutura nacional de Internet e a capacidade do país de desenvolver soluções digitais próprias.

Propostas:

- Incentivar estudos e debates sobre dependência tecnológica, infraestrutura digital estratégica e concentração econômica no ambiente digital.
- Defender a ampliação da utilização de padrões abertos, interoperabilidade e tecnologias que reduzam dependências de fornecedores específicos.
- Apoiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura nacional de Internet, da segurança das redes e da capacidade tecnológica brasileira.
- Promover discussões sobre a importância de infraestruturas públicas e nacionais de dados e computação, observadas as competências do CGI.br e dos órgãos responsáveis.
- Estimular a participação de universidades, institutos de pesquisa, empresas nacionais e organizações da sociedade civil na formulação de estratégias de desenvolvimento tecnológico.

3. Inteligência artificial, transparência e direitos fundamentais

Defender que os debates sobre inteligência artificial considerem seus impactos sociais, econômicos e trabalhistas, assegurando a participação dos diferentes setores da sociedade.

Propostas:

- Propor espaços de debate multissetorial sobre inteligência artificial, especialmente sua utilização em serviços conectados à Internet, plataformas digitais e sistemas de gestão do trabalho.
- Incentivar pesquisas sobre os impactos da automação e da inteligência artificial nas ocupações, na qualificação profissional e nas desigualdades.
- Defender diretrizes de transparência, explicabilidade e responsabilização na utilização de sistemas algorítmicos.
- Estimular o debate sobre proteção de dados pessoais, discriminação algorítmica e mecanismos de supervisão humana.
- Promover a participação de trabalhadores e suas entidades representativas nas discussões sobre governança da inteligência artificial.

4. Universalização do acesso e inclusão digital

Contribuir para que o acesso à Internet de qualidade seja tratado como condição essencial ao exercício da cidadania, ao acesso à informação, à educação e à participação social.

Propostas:

- Defender a ampliação das pesquisas e indicadores sobre desigualdades de acesso e utilização da Internet, considerando renda, território, idade, gênero, raça e condições de trabalho.
- Incentivar iniciativas de conectividade em áreas rurais, periferias urbanas e regiões historicamente menos atendidas.
- Apoiar programas de letramento e educação digital voltados aos trabalhadores, aposentados e demais segmentos com dificuldades de acesso e utilização das tecnologias.
- Promover articulações com sindicatos, movimentos sociais e organizações comunitárias para ampliar a disseminação de conhecimentos sobre o uso seguro e produtivo da Internet.
- Defender a acessibilidade digital e a redução das barreiras econômicas e sociais que dificultam a participação na sociedade conectada.

5. Direitos digitais, privacidade e segurança da informação

Contribuir para a promoção de um ambiente digital que respeite a liberdade de expressão, a privacidade, a proteção de dados pessoais e a segurança dos usuários.

Propostas:

- Apoiar a disseminação de boas práticas de segurança digital, prevenção a golpes, proteção de dados e enfrentamento de incidentes cibernéticos.
- Incentivar ações educativas voltadas às organizações sindicais e aos trabalhadores sobre privacidade e segurança no uso da Internet.
- Defender a preservação da neutralidade da rede e dos princípios estabelecidos no Marco Civil da Internet.
- Promover debates sobre vigilância digital, monitoramento de trabalhadores e tratamento de dados pessoais em ambientes laborais.
- Contribuir para a formulação de recomendações que conciliem segurança das redes, proteção dos direitos fundamentais e desenvolvimento da Internet.

6. Plataformas digitais, transparência e ambiente informacional

Contribuir para o debate sobre a atuação das grandes plataformas digitais e seus impactos na circulação de informações, na economia, nas relações de trabalho e na democracia.

Propostas:

- Participar das discussões sobre diretrizes para a governança e a regulação das plataformas digitais, respeitadas as competências institucionais do CGI.br.

- Defender maior transparência dos mecanismos de recomendação, moderação e distribuição de conteúdos.
- Incentivar estudos sobre concentração econômica, poder de mercado e dependência de plataformas digitais.
- Apoiar iniciativas de educação midiática e de enfrentamento à desinformação, preservando a liberdade de expressão e os direitos fundamentais.
- Promover debates sobre os impactos das plataformas digitais na comunicação sindical, na organização coletiva e no exercício dos direitos dos trabalhadores.

7. Participação social e fortalecimento da governança multissetorial

Defender o fortalecimento do modelo brasileiro de governança multissetorial da Internet, ampliando a participação das organizações da sociedade civil e dos trabalhadores.

Propostas:

- Estimular maior aproximação entre o CGI.br e as centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e organizações populares.
- Propor espaços de diálogo sobre governança da Internet e mundo do trabalho, com participação de entidades representativas de diferentes categorias profissionais.
- Apoiar iniciativas que ampliem a diversidade regional e social nos debates promovidos pelo CGI.br.
- Defender mecanismos de transparência, publicidade e prestação de contas sobre a atuação dos representantes da sociedade civil.
- Contribuir para o fortalecimento do Fórum da Internet no Brasil e de outros espaços de participação multissetorial.

8. Formação, pesquisa e disseminação de conhecimentos sobre Internet

Contribuir para aproximar a produção de conhecimento sobre Internet das necessidades dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

Propostas:

- Incentivar parcerias entre o NIC.br, instituições de pesquisa, universidades, entidades sindicais e organizações da sociedade civil para a realização de estudos sobre Internet e trabalho.
- Apoiar a produção de materiais educativos sobre governança da Internet, direitos digitais, segurança e utilização responsável das tecnologias.
- Propor atividades formativas direcionadas a dirigentes sindicais e representantes de organizações sociais.
- Incentivar a divulgação acessível das pesquisas e indicadores produzidos no âmbito do CGI.br e do NIC.br.

- Contribuir para a ampliação da participação de trabalhadores e suas organizações em eventos e debates nacionais sobre governança da Internet.

COMPROMISSOS DE ATUAÇÃO

Além das propostas apresentadas, assumo o compromisso de exercer a representação no CGI.br com responsabilidade, transparência, diálogo e respeito à pluralidade de perspectivas que caracteriza seu modelo multissetorial.

Pretendo manter canais permanentes de interlocução com as organizações sindicais e demais entidades da sociedade civil, buscando identificar demandas, compartilhar informações e contribuir para a construção coletiva de posições sobre os temas discutidos no Comitê.

Também me comprometo a divulgar periodicamente informações sobre as atividades desenvolvidas, respeitando as regras institucionais de publicidade e confidencialidade aplicáveis.

A defesa dos interesses da classe trabalhadora e do movimento sindical será uma referência permanente da minha atuação, compreendida como parte do compromisso mais amplo com os direitos fundamentais, o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades e a construção de uma Internet que atenda ao interesse público.

Acredito que a participação dos trabalhadores nos espaços de governança da Internet é fundamental para que o desenvolvimento tecnológico seja acompanhado de inclusão social, valorização do trabalho, fortalecimento da democracia e ampliação de direitos.

Recife/PE, 22 de outubro de 2026.



Documento assinado digitalmente

REINALDO MELO SOARES

Data: 22/10/2026 11:50:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

REINALDO MELO SOARES

Candidato indicado pela Central Única dos Trabalhadores – CUT

Segmento: Terceiro Setor

Eleições CGI.br 2026